

OS LEMES, TANGIDOS PARA O BRASIL PELA HISTÓRIA (Análise histórica e cronológica)

Manoel Valente Barbas

INTRODUÇÃO

Sabemos ser uma temeridade tratar na Genealogia Paulista do assunto "Lemes", devido a ser este tema por demais visado e discutido. Há seis autores principais que discorreram sobre o assunto (que parecia ter sido exaurido), em obras fundamentais: Pedro Taques (nota 1), Frei Gaspar da Madre de Deus (nota 2), Silva Leme (nota 3), Henrique Henriques de Noronha (nota 4), Dr. Luiz Porto Moretzsohn de Castro (nota 5) e Monsenhor Antônio Paes Cintra (nota 6). No entanto, os genealogistas quase sempre se alienam de dois itens: da HISTÓRIA (quando não, também, da GEOGRAFIA) e da CRONOLOGIA:

. HISTÓRIA, quando põem sobre o papel uma cadeia interminável de nomes e de filiações, citando, é bem verdade, alguns lugares e datas de nascimento, casamento e morte, sem nada dizer do ambiente histórico, político e social ou mesmo fatos que revestiram o sucedido. Apresentam, portanto, um árido ou discutível material retirado dos assentamentos de igreja que o mais das vezes só interessa ao autor e pouco aos parentes e correlatos. Muitas vezes, fantasiam suas descrições com tradições orais de difícil comprovação.

. CRONOLOGIA, quando distraidamente deixam de fazer contas e não percebem a impossibilidade de haver tantas gerações em tão poucos anos, ou, pelo contrário, vidas tão longas, apresentando tão poucas gerações, em tantos séculos. Ou, então, parentesco próximo entre pessoas muito distantes em tempo e sangue.

No caso dos Lemes, houve dos dois casos. É bem verdade que quanto às inúmeras gerações de Lemes que Pedro Taques apresentou, no início da cadeia genealógica dessa família, o fato já foi devidamente "consertado" pelo Dr. Luiz Moretzsohn de Castro (nota 5), mas perduram dúvidas de que esse mesmo autor não se conscientizou. E uma é bem caracterizável: a provável data da chegada dessa família ao Brasil, isto é, quando Pedro e sua filha Leonor Leme desembarcaram em São Vicente e se esta veio realmente já casada ou se casou posteriormente no Brasil, com Braz Teves.

O nosso intuito aqui é revestir de história e cronologia essa epopéia dos Lemes que sutilmente, sem alardes, foram sendo "tangidos" para o Brasil. Enfrentemos o assunto, novamente, para dar tempo ao tempo, até que, com alguma sorte, apareçam novas revelações que venham trazer mais luzes ao caso, tão importante e tão discutido (uma vez que todos os paulistas de estirpe descendem dessa família).

I - ANÁLISE HISTÓRICA:

1 - MOVIMENTOS HISTÓRICOS QUE ENVOLVERAM OS LEMES EM SUA MIGRAÇÃO

A família Lems, nos séculos XV e XVI, sofreu as conseqüências de 5 grandes movimentos históricos que envolveram a Europa Ocidental e que foram, por assim dizer, "tangendo-a", de Bruges, Bélgica, para o ocidente, passando por Lisboa e Ilha da Madeira, até trazê-la, por fim, ao Brasil:

A) 1º Movimento: SUBSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE FEUDAL PELO BURGUESA: Até o século XII, a população da Europa era reduzida e para a sua manutenção bastavam uma agricultura e uma pecuária rudimentares e um pequeno artesanato complementado por um comércio de trocas que satisfaziam às suas necessidades. A nobreza e o clero eram os únicos proprietários de terras, vivendo os camponeses e artesãos na dependência daqueles. O padrão geral de vida era simples, pois a religião condenava o luxo. Toda a ostentação que havia se concentrava nas catedrais que possuíam, decoradas com ricas esculturas, pinturas, vitrais e mosaicos.

A partir dos séculos XII e XIII, com o aumento considerável de população, tornou-se necessário outro tipo de organização, com a criação de um sistema monetário, maior produção artesanal, pois o comércio aumentara consideravelmente, com as novas necessidades que surgiam. As pessoas mais talentosas do povo ocuparam-se dessas novas tarefas, pois a nobreza e o clero não estavam preparados para tal, uma vez que a teologia condenava a preocupação com as coisas terrenas. Prosperaram, assim, os tais artesãos e comerciantes, chamados de burgueses porque saíram da dependência dos nobres e foram morar em vilas (burgos), apartados dos castelos. Apareceram as cidades burguesas, uma massa de famílias prósperas e independentes que foram aos poucos usurpando o poder da nobreza e do clero.

No norte da Europa, entre outras, floresceram em Flandres, Bruges e Gand. A primeira, como porto de mar exportador e importador e a segunda, como produtora de artesanato têxtil, maior centro fornecedor de toda a Europa. A matéria prima vinha da Inglaterra e passava forçosamente por Bruges. Estas duas cidades prosperavam grandemente.

Embora sujeitas ao domínio dos Duques de Borgonha, gozavam de relativa liberdade, porque os dominadores eram tolerantes. Assim, financiavam os talentosos artistas existentes na região. Desenvolveu-se então uma Escola em que as obras de arte retratavam mais de perto os seres humanos e os detalhes da natureza, em contraposição à Escola Italiana, de tradição clássica e religiosa, que representava figuras idealizadas, em fundos dourados e vestes despojadas, alienadas da realidade do dia-a-dia. Daí ser muito comum, nas pinturas de Bruges, estarem representados, com bastantes pormenores naturais, burgueses, suas famílias, suas associações de classe, seus escritórios, em vez de esquemáticos santos, temas sacros ou personagens da mitologia greco-romana (nota 7). Ilustrando o artigo já referido de Monsenhor Cintra (Nota 6), há várias reproduções de quadros a óleo existentes até hoje em Bruges, representando componentes da família Lems, do século XV e XVI, individualmente, e um mostrando a "Nobre Confraria do Santo Sangue", um grupo de membros, ajoelhados e em atitude de oração, entre os quais aparece um dos Lems. Tal quadro, de 1556, é típico da escola flamenga de pintura, representando burgueses, em vez de santos e nobres, como fazia costumeiramente a Escola Italiana.

A família LEMS, em Flandres, ao que tudo leva a crer, era da alta burguesia, enriquecidos, através dos séculos XII e XIII, em seus afazeres comerciais, já brasonados; com alguns de seus elementos ligados ao alto clero, conforme se pode ver no artigo de Monsenhor Cintra (nota 6).

B) 2º Movimento: A GUERRA DOS CEM ANOS E A ROTA COMERCIAL ITÁLIA-FLANDRES: a chamada "Guerra dos Cem Anos", entre a Inglaterra e a França (1328-1453) (Nota 8) disseminou o banditismo em terras de França, por onde passava a rota Itália-Flandres, que era o eixo econômico da época e que comerciava os produtos do Oriente nos Países Baixos, ricos e industrializados, e os produtos industriais destes na Itália. Esta rota viu-se obrigada a mudar de caminho, através de duas opções: ou através da Áustria e Alemanha, em difícil trajeto, atravessando os Alpes, ou por mar, vencendo o Estreito de Gibraltar, passando por Lisboa, onde fazia escala e depois continuava até os Países Baixos. Lisboa, a partir do século XIV, tornou-se a "esquina" da Europa Ocidental - centro comercial e cosmopolita. Começou a atrair agentes da burguesia européia. Não raro visitavam-na ou para lá se mudavam ricas famílias de nobres e alta burguesia, atraídos pelas atividades comerciais que ali se desenvolviam. A avalanche de navios que freqüentavam Lisboa era descrita pelo cronista Fernão Lopes, nas "Crônicas del Rei D. Fernando", como uma floresta de mastros, a ponto de precisarem ancorar em enseadas vizinhas, por não haver mais lugar no porto da cidade. Por influência de italianos e flamengos, tornara-se Lisboa, também, um centro de navegação.

C) 3º Movimento: A GUERRA CONTRA OS MOUROS: Desenvolveu-se, então, a guerra contra os mouros que, no Mediterrâneo, ameaçavam a referida rota comercial. Um ponto alto dessa luta foi a tomada de Ceuta, em 1415. Esta cidade do norte da África, próxima ao Estreito de Gibraltar, constituía um ninho de piratas que perturbava os navios que por ali passavam. Portugal somente teve fôlego para voltar as vistas para este problema, logo após selar a paz definitiva com Castela, em 1411, em sua guerra de sucessão (nota 9). A burguesia de Lisboa, ansiosa por feitos de armas e conquista de títulos de nobreza é quem vai sugerir a tomada dessa cidade ao rei D. João I, o antigo Mestre de Avis que subira ao trono, lutando contra a alta nobreza, desalojando-a, apoiado justamente nesta mesma burguesia. A vitória sobre Ceuta, embora não correspondesse plenamente às esperanças gerais, contribuiu para a maior segurança do Estreito de Gibraltar e teve também o mérito de despertar o Infante D. Henrique para o gosto e interesse pelas coisas da navegação e da África.

Houve, é bem verdade, no reinado de D. Duarte (1433-1438), filho do citado D. João I, no norte da África, o desastre de Tanger (1437), onde os portugueses foram cercados e obrigados a capitular, depois de perder grandes fidalgos, inclusive o irmão do rei, D. Fernando, o Infante-Santo, que ficou como refém durante 11 anos e faleceu nas mãos dos árabes. Após a morte de D. Duarte, em parte provocada por remorsos pela perda do irmão, houve uma breve regência de seu outro irmão, D. Pedro (1440-1446), em que sucederam dois fatos dignos de nota: a construção da primeira caravela (1441), nau criada pelos portugueses, decalcada em modelos venezianos e árabes, mas original, de grande beleza, ligeireza e facilidade de manejo; e o primeiro tráfico de escravos negros da África (1443), resultado da troca de prisioneiros bérberes, por seus escravos nativos, no Rio do Ouro, na costa ocidental do Continente Negro, por um certo Antônio Gonçalves, observador enviado pelo Infante D. Henrique àquelas paragens (nota 10).

Em 1446, ao fazer 14 anos, D. Afonso V foi guindado efetivamente ao trono. Nesse reinado passou a família Lems a Portugal. Este rei preocupou-se em demasia com a expansão no norte da África. Conquistou Alcácer Ceguer (1458), Arzila e Tanger (1471); conquistas que vão ser prejudiciais a Portugal: além de exaurir a coroa de recursos com a manutenção das tropas e das posições conquistadas, os fidalgos envolviam o rei e, ao se salientarem na África, exigiam recompensas em Portugal. O rei se via obrigado a premiá-los. Nenhum rei de Portugal prodigalizou tanto e criou tantos nobres, inclusive um Lems (nota 11).

D) 4º Movimento: O CICLO DAS NAVEGAÇÕES: Durante o reinado de Afonso V (1438-1481), o Infante D. Henrique, seu tio, desenvolveu ainda mais a navegação, criando a famosa Escola de Sagres, tornando o país o mais importante partícipe do Ciclo das Navegações, o

quarto fenômeno da seqüência aqui tratada. Nesta fase áurea de Portugal foram descobertas muitas novas terras, inclusive, mais tarde, o Brasil. Nos primórdios da mesma, em 1419, foi descoberta a Ilha da Madeira, pivô do quinto movimento tratado aqui neste trabalho, que detalharemos adiante: o desenvolvimento da cana-de-açúcar nesta Ilha, que acarretou um deslocamento migratório do continente europeu para ali, inclusive arruinando as igualmente florescentes culturas da Itália, em Gênova e na Sicília.

E) 5º Movimento: O CICLO DA CANA-DE-AÇÚCAR: Antes da descoberta da Ilha da Madeira, o açúcar era de comércio bastante rendoso em Gênova e na Sicília. A cana-de-açúcar foi levada para aquela Ilha da Madeira por ordem do Infante D. Henrique, seu administrador. E com esta fez ir mestres no tempero do produto. Ali, essa cultura se desenvolveu de tal maneira e de boa qualidade, fazendo enriquecer os moradores da terra e os mercadores que para ali iam. E por ter a Ilha boa madeira, naus mais desenvolvidas foram feitas, do tipo que ainda não havia no Reino, cooperando sobremodo para o desenvolvimento do comércio. A exportação do açúcar produzido na Ilha começou em 1472, sendo embarcado diretamente para Flandres, sem passar em Lisboa. Flandres era o principal mercado consumidor, adquirindo na Madeira cinquenta por cento de sua produção. É bem possível, embora não haja registro sobre isto, que um dos itens da pauta comercial de Martim Lems fosse o açúcar e sua mudança para Lisboa, ainda antes do desenvolvimento da cultura açucareira na Ilha da Madeira (valendo-se da produção italiana), se prendesse também a esse assunto.

Em 1493, a produção de açúcar da Madeira elevou-se a 80.000 arrobas (1.200 toneladas) e seus mestres de fabrico chegavam a 80. Continuando a crescer a produção, o rei precisou intervir para que os preços não comesçassem a cair. D. Manoel, o Venturoso, em 1498, limitou a exportação em 120.000 arrobas (1.800 toneladas), discriminando as parcelas que deveriam ser exportadas para cada posto de importação (Veneza, Constantinopla, Flandres etc). Para sentirmos a influência do crescimento intenso da produção na queda de preços do produto, basta citar que em meados do século XV, quando a grande produtora de açúcar na Europa era a Sicília, a arroba custava 1.080 reais, em moeda portuguesa. No fim do mesmo século, quando da primazia da Madeira, seu açúcar era vendido em Roma a 502 reais portugueses. De 1506 a 1507, tal preço chegou a 305 reais. Assim, com a baixa do preço, os produtores começaram a contrair dívidas. Para pagá-las, vendiam a sua produção antecipadamente a preço inferior ao corrente, provocando maior baixa ainda.

O Arquipélago dos Açores, em menor escala, sofria o mesmo fenômeno do açúcar. Daí, no início da colonização brasileira, no fim da primeira e na segunda metade do século XVI, ser muito comum a pro-

cedência madeirense ou açoriana dos colonizadores, pois no Brasil iniciava-se justamente o ciclo do açúcar, com novas esperanças de desenvolvimento intenso do comércio.

Grande é a controvérsia sobre se ao chegar Martim Afonso de Souza a São Vicente já encontrara ou não a cana-de-açúcar em terras brasileiras. Embora não esteja definitivamente comprovado, parece certo que sim, em pequena escala, é claro. Inclusive desenvolvia-se também métodos de fabrico de açúcar, ali. Com a chegada desta leva organizada de colonizadores, em 1532, o desenvolvimento acelerou-se, sendo que ao se findar o século XVI, no Brasil, havia 120 engenhos, principalmente na Bahia, trinta e seis e em São Vicente, seis. Enquanto que pestes, febres, ataques corsários, acabaram por arruinar definitivamente as culturas da cana-de-açúcar na Madeira, nos Açores e em outras colônias portuguesas na África. Em meados do século XVI, o próprio governo português patrocinava a emigração dos habitantes destas regiões para o Brasil (nota 12).

2 - PREÂMBULOS, NA ILHA DA MADEIRA

Após a tomada de Ceuta, em 1415, Portugal voltou-se para a conquista da Guiné, de localização vaga, na África Ocidental, onde, corria a lenda, haveria ouro e marfim em quantidades surpreendentes. Para tal, o infante D. Henrique, filho de D. João I, príncipe que liderava as operações bélicas do Reino, pensava em descobrir ilhas nas costas da África que lhe servissem de pontos de escala e abastecimento, em suas explorações da região pretendida. É bem verdade que havia, ao largo da Costa da África, o Arquipélago das Canárias, descoberto havia muitos anos atrás, no reinado de D. Afonso IV (1325-1357), dado, no entanto, pelo Papa, a Castela. Estas ilhas eram habitadas por aborígenes que reagiam valentemente a qualquer tentativa de abordagem, tornando a tarefa de dominá-las, bastante difícil. D. Henrique sonhava em tomá-las para Portugal, mas necessitava para isso de uma expedição bastante forte, bem organizada e cara. Enquanto isto estava sendo cuidadosamente planejado, ofereceram-se ao Infante dois jovens escudeiros, João Gonçalves Zargo e Tristão Vaz Teixeira, que haviam lutado em Ceuta, solicitando-lhe uma nova tarefa que colocasse à prova sua coragem e valor. Ocorreu a D. Henrique, então, despachá-los em uma missão de explorar a Costa da África, onde poderiam obter despojos de corsários mouros que por acaso encontrassem e colher notícias sobre a Guiné pretendida. Receberam o comando de duas barcas (de menos de cem toneladas cada uma, pesado manejo, com um só mastro e velas arredondadas), tripulações e abastecimento, rumando para a Costa Ocidental da África. Iniciava-se assim o Ciclo dos Descobrimentos! (nota 13).

Após enfrentarem grande temporal e ventos fortíssimos, perderem a rota e serem arrastados pelas correntes marítimas, avistaram uma ilha que lhes oferecia ancoradouro seguro, onde desembarcaram. Deram-lhe o nome sugestivo de Porto Santo - ilha ornada de picos rochosos, despidida de arvoredos e de seres viventes, exceto aves que eram abundantes e não temiam os homens por ainda não terem tido contato com suas intenções nem sempre favoráveis! Mas a temperatura era agradável, havia boas pastagens e peixes abundantes. Voltaram, após três dias de permanência ali, rumo a Portugal, com a posição da ilha e outros detalhes devidamente anotados. O Infante D. Henrique, face às boas novas, ponderou detidamente sobre a descoberta, concluindo que poderia ser útil a futuras expedições e ordenou que a ilha fosse povoada e cultivada. Despachou para lá João Gonçalves Zargo e Tristão Vaz Teixeira. Acontece que um terceiro fidalgo, Bartolomeu Perestelo, dispôs-se a acompanhá-los na aventura. E os três partiram, em barcas repletas de sementes, mudas de árvores e animais domésticos. Na partida, alguém presenteou Bartolomeu Perestelo com uma coelha que o fidalgo levou a bordo sem maiores considerações. Desembarcaram em Porto Santo muito otimistas, pois a ilha parecia ainda mais promissora do que antes. As sementes plantadas começaram a germinar rapidamente. Tudo parecia favorável. Bartolomeu Perestelo soltou na ilha a coelha que ganhara e os filhotes de uma ninhada que esta tivera durante a viagem. Estes coelhos, no entanto, se reproduziram mais rapidamente que a vegetação, vorazes, atacando-a e destruindo-a totalmente. Este incidente colocou João Gonçalves Zargo e Tristão Vaz Teixeira contra Bartolomeu Perestelo, como culpado pela praga que devastava as benfeitorias da ilha. Após dois anos de luta infrutífera, voltaram desesperançados, com seus auxiliares, ao Continente. O Infante procurou acalmar os ânimos. Soube por eles de um fenômeno curioso que ocorria nas proximidades de Porto Santo: uma nuvem pairava no horizonte, inarredável sobre o mar, em sítio ao sul da ilha. Despachou-os, novamente, para lá, para verificar do que se tratava.

Novamente em Porto Santo, depararam com a nuvem que não se movera do local onde a deixaram. Foram até lá, em suas barcas, e encontraram, envolta nas brumas, uma grande ilha, revestida totalmente de densa floresta que se estendia pela praia até o mar, tornando difícil a tarefa do desembarque. Deram à ilha, por essa razão, o nome de Madeira, que por sua exuberância, fazia Porto Santo quase desprezível.

Na volta ao continente para levar a notícias da descoberta, João Gonçalves Zargo e Tristão Vaz Teixeira ganharam de sua majestade D. João I, por interferência do Infante D. Henrique, cada qual, metade da ilha como capitania hereditária, sob promessa destes homens levarem suas famílias para lá e se estabelecerem. A Bartolomeu Perestelo foi dada a ilha de Monte Santo, também como capitania hereditária, e um

problema a resolver: terminar com a proliferação desordenada de coelhos!

É bém verdade que os documentos correspondentes à nomeação de Donatários só foram concedidos oficialmente, por d. Afonso V, em 1440, com relação à Ilha da Madeira, e em 1446, no que diz respeito à Ilha de Porto Santo.

João Gonçalves Zargo tratou, desde logo, de arrebanhar colonos para a sua nova propriedade. É bem verdade que possuía mulher, D. Constância, um filho de doze anos, duas filhas pequenas e criados de sua casa. Mas necessitava de mais pessoas que o ajudassem a colonizar a capitania recém recebida. Obteve do rei licença para levar das prisões do reino os homens que quisesse, para empregá-los nos trabalhos agrícolas. Escolheu entre aqueles que não fossem réus de crimes graves.

Procurou levar também uma série de amigos e interessados de boa família, entre os quais Gonçalo Ayres Ferreira que era filho de Gomes Ferreira (porteiro-mor de D. João I) e de sua mulher Izabel Pereira de Lacerda, senhores do Morgado de Cavalleiros, em Portugal (Nota 4). Consta que este Gonçalo Ayres Ferreira foi o primeiro a saltar nas novas terras, na Ribeira que então conserva o seu nome ("Gonçalvayres") e que serviu de marco à grande fazenda que teve na Ilha da Madeira. Foi tão amigo de João Gonçalves Zargo que quando veio a falecer foi enterado na mesma sepultura que este, no local de Nossa Senhora da Conceição de Cima, posteriormente Convento de Santa Clara. Gonçalo Ayres Ferreira veio casado de Portugal e o seu filho foi o primeiro a nascer na Ilha da Madeira e por essa razão recebeu o nome de Adão. A primeira filha que teve chamou-se, por analogia, Eva. A filha de Adão Ferreira, Maria Adão, veio a se casar com Martim Leme, irmão de Antônio Leme, quando se mudou para a Ilha da Madeira. Mais adiante, discutiremos em que época essa passagem se deu.

Ao chegar à Ilha da Madeira, João Gonçalves Zargo e seus acompanhantes lançaram-se a um trabalho insano, para vencer a natureza tão exuberante. Para conseguirem domar, em tão pouco tempo, a densa floresta, cometeram um ato impensado, de mesmas proporções que o de seu antigo companheiro Bartolomeu Perestelo, soltando a ninhada de coelhos na ilha deserta - colocou fogo na vegetação, o que em segundos propagou-se por vasta área, sem possibilidades de ser apagado. O desespero tomou conta dos colonos que refugiados na praia, ante a infernal fogueira, viram ser destruídos os seus haveres trazidos de Portugal. Foi necessário enviar ao Reino pedido de socorro. O paciente D. Henrique correspondeu com mais recursos e pessoal para auxiliar a colonização da nova ilha. Consta que por anos o fogo sorratamente correu por baixo da floresta até finalmente ser extinto (ainda nota 13).

Cumpra lembrar que o citado Bartolomeu Perestelo teve uma filha, D. Filipa, do seu segundo casamento, que veio a se casar com Cristóvão Colombo, o descobridor da América (nota 4), que morou alguns anos nas Ilhas da Madeira e de Porto Santo (nota 14). Os historiadores dizem que o convívio familiar de Colombo com os companheiros do sogro (pois este já estava morto, então) e os mapas deste que a sogra lhe proporcionou trouxeram muitas informações e luzes para o Descobridor em sua façanha marítima. Quem sabe esteja aí a sua certeza de que havia terras, navegando-se para o Ocidente!

Por outro lado, mostra que entre os navegadores portugueses essa idéia já estaria arraigada. Basta citar uma faceta surpreendente da família LEME, neste caso: frei Bartolomé de Las Casas (nota 15), no seu livro "História General de las Índias", diz que Colombo recebeu informações de uma viagem que Antonio Leme fizera para o ocidente, mar a dentro, em que avistara três ilhas (nota 16). Essa notícia é aceitável: Antônio Leme foi contemporâneo de Colombo, pois nasceram praticamente na mesma época, por volta de 1450 e Colombo morou em Porto Santo em 1480-83, ilha vizinha à Madeira, enquanto esteve casado. Sua mulher faleceu de pronto, deixando-lhe um filho pequeno: Diego. E ele voltou-se então para a sua incansável luta (ajudado por seus dois irmãos) de convencer os monarcas europeus (Portugal, Espanha, França e Inglaterra) de que lhe dessem navios e recursos a serem aplicados em sua tentativa de alcançar a Índia, navegando para o ocidente. Há de se lembrar que o tratado de Alcáçovas-Toledo, entre Portugal e Castela, em 1479, dava aos portugueses o controle absoluto da navegação do oceano, em direção à Guiné, contornando-se a África (nota 17). Assim, ficava bem definido o cenário político das citadas nações: Portugal de um lado, dedicando-se com afinco à navegação e exploração em torno da Costa da África e sem vontade de, naquele momento, se distrair de seus objetivos; os demais podendo se dedicar à segunda opção (única que restava), navegar para o ocidente, sem vontade de fazê-lo, devido às grandes incertezas que ainda pairavam sobre a trajetória proposta por Colombo.

3 - OS LEMES, EM PORTUGAL E NA ILHA DA MADEIRA

Assim, Martim Lems, nobre comerciante de Flandres, segundo Pedro Taques (Nota 1), passou a Portugal por causa do comércio e se estabeleceu em Lisboa (nota 18).

Esta passagem de Martim Lems para Portugal, a nosso ver, pode ser dividida em três fases:

1º fase: Ida de Martim Lems para Portugal, por razões comerciais, nascimento de seus filhos, com Leonor Rodrigues, mulher solteira, na década de quarenta e início da de cinqüenta, do século XV. O Monseñor Cintra (nota 6), na página 160 de seu artigo, cita o autor Manuel José Felgueiras Gayo, com a informação que Antônio Leme nascera no lugar de Pontes de Maya, na Galiza. Infelizmente não conseguimos localizar este lugarejo, se na Galiza espanhola ou proximidades portuguesas.

2º fase: Martim Lems deve ter levado os seus filhos para Flandres, uma vez que Antônio Leme veio a ser conhecido como "o Flamengo" e os cronistas e genealogistas dizem que Martim Lems enviou os seus dois filhos de Flandres para a tomada de Arzila e de Tanger, em 1471. Sinal que estes filhos não cresceram, ou não estavam, então, em Portugal. Isto não quer dizer que Martim Lems não continuasse a atuar comercialmente em Portugal, como veremos adiante, e a manter os seus contatos lá, uma vez que conseguiu a legitimação de seus filhos em 1464. Essa legitimação é muito expressiva. Indica que estes filhos eram portugueses (nascidos em Portugal, de mãe portuguesa), senão não haveria envolvimento do poder português nesse ato. Note-se que esses filhos foram legitimados e não naturalizados. O problema que se estava resolvendo não se prendia a naturalidade dos filhos, que nunca fora questionada, mas sim a não existência de casamento de seus pais. O que os cronistas e genealogistas nunca discutem nem levantam qualquer questão é sobre esse detalhe da legitimação dos filhos de Martim Lems. Tudo leva a crer que ele nunca havia desposado Leonor Rodrigues por já ser casado (em Flandres ou mesmo em Portugal); de outro modo não precisaria conseguir do rei essa legitimação. O fato deveria ser conhecido na Corte e suas razões bem compreendidas, uma vez que teve tratamento real, registro e divulgação que não deixaram dúvidas sobre a filiação, como pessoas de destaque que eram.

3º fase: Ida de dois filhos de Martim Lems para Portugal (Martim e Antônio Leme) para lutar na tomada de Arzila e Tanger, em 1471. Uma das filhas, Catharina Leme, veio a se casar duas vezes em Portugal: primeiramente, com Fernão Gomes, alcunhado de "da Mina", pois foi arrendatário do comércio da Guiné, por 100.000 reais, durante cinco anos (1469-1474), com a condição de descobrir 500 léguas da costa africana e explorar a mina de ouro de São Jorge; de uma segunda vez, com o contador-mor do reino, João Rodrigues Paes. Outra filha de Martim Lems, Maria Leme, casou-se com Martim Diniz, de conhecida nobreza de Lisboa (nota 1).

Martim Lems, em 1471, como já citamos, enviou os seus filhos Martim e Antônio, com vários homens e uma urca (embarcação) que havia armado, para lutar na tomada de Arzila. Portando-se tão valorosamente este jovem Antônio, o príncipe D. João (então com 16 anos de

idade) tomou-o em sua casa e o rei D. Afonso V lhe deu o direito de usar um escudo de armas, como autêntico nobre português.

Convém deter-nos um instante nesse fato do envio dos dois jovens Lemes para a luta armada, no norte da África. O primeiro item a se analisar é o espírito reinante em Portugal nessa época: D. Afonso V foi o último rei de Portugal à maneira antiga, a dos Reis cavaleiros. A sua grande vocação era a luta de armas contra os infiéis e por isso foi perseguí-los no território deles, além do Estreito de Gibraltar. Basta, para dar idéia da mentalidade que imperava nos altos escalões portugueses, citar o que D. Henrique, tio do rei, diz aos mouros de Alcácer Ceguer, que lhe foram pedir misericórdia quando os portugueses conquistaram a cidade (em 1458): "O rei (o próprio D. Afonso V) veio aqui em serviço de Deus e não por causa dos vossos haveres (...). Por isso, é sua vontade que vos retireis, com vossas mulheres e vossos filhos, e com vossos bens, e que lhe abandoneis a cidade com todos os cristãos prisioneiros". Foram largos os benefícios dados por D. Afonso V àqueles que o ajudaram nas conquistas feitas. Um fidalgo, contemporâneo deste rei, escreveu: " Lá (na África) fartavam seu desejo de glória e de cobiça" (mesma obra da Nota 9, pág. 59).

Na transcrição, a seguir, do Nobiliário da Ilha da Madeira (nota 4), citando o autor português Manuel Soeiro, em seus "Annaes de Flandres", percebe-se o que Martim Lems esperava de recompensa, ajudando Portugal na tomada das cidades africanas:

"Estimava mucho o Duque (nota nossa: deveria ser o Duque de Borgonha, senhor de Flandres, na época) las mercedes que El Rey de Portugal Don Alonso y el príncipe Don Juan hazian a los cavalheiros flamengos que iban a servi-los; destos fueron Martin y Antonio hijos de Martin Leme, naturales de Brujas, aunque sus antepassados eram de Berghes...; enbiolos el padre con una urca que armó, a la jornada d'Arzila..."

Creemos que Martim Lems preparou cuidadosamente o futuro de seus filhos, jovens de mérito é bem verdade, mas com algumas dificuldades a vencer. A primeira, a de nascimento, contornada pela legitimação, indiscutível por ser real. A segunda, a de posicionamento de sua prole na nobreza e sociedade portuguesa. Ele próprio, Martim Lems, não era o primogênito, o que na época era um empecilho para se posicionar na nobreza européia. Seus filhos precisavam de um título de nobreza, o que era obtível, como costume da época, por jovens fortes e corajosos, em campo de batalha. Face ao caráter pródigo de D. Afonso V, que premiava a quem o ajudasse em suas campanhas de guerra, nada mais prático (embora arriscado) do que enviar os filhos jovens e ansiosos por feitos de armas, a lutar pelo rei. Quanto à famosa urca, também fornecida por Martim Lems, tratava-se de uma embarcação

mercante, de velas latinas (triangulares, de cutelo, isto é, alinhadas com o eixo longitudinal do casco que permitiam navegar contra o vento) e porão alto, para transporte de carga. Certamente, a urca em questão era da frota do comerciante Martim Lems, aparelhada para a ocasião. O que é notável nesse caso de fornecimento bélico é que Martim Lems estava perfeitamente entrosado com as forças portuguesas. É fácil dizer que ele mandou de Flandres uma embarcação, com seus filhos e acompanhantes devidamente armados para lutar no Norte da África e não entrar em consideração que em uma guerra o sigilo é absoluto, sob pena de ver fracassar a investida. Martim Lems deveria gozar de ótima posição de confiança e confidência junto ao governo português para ter tomado todas as suas providências bélicas em tempo, devidamente coordenadas e sincronizadas com o restante das forças armadas lusas. Não é de se admirar que uma vez tendo sucesso a empreitada, o jovem Antônio tenha recebido a sua recompensa com uma carta de brasão do rei.

Antônio Leme passou após para a Ilha da Madeira, então no apogeu do ciclo do açúcar. Casou-se com Catharina de Barros. Havia tradição, por engano do genealogista Silva Leme, baseado no Dr. Gaspar Frutuoso (Nota 3), que esta Catharina de Barros seria descendente do já referido João Gonçalves Zarco, co-descobridor da Ilha da Madeira e também combatente no Norte da África, na tomada de Ceuta (1415), onde, em luta com um mouro que desafiara todo o exército português, venceu-o, sem antes levar com um virotão (pequena seta disparada por uma besta) em uma das vistas, ficando cego, daí o apelido de Zarco que quer dizer zanolho. Mas esta lenda foi desfeita com a divulgação dos assentos do "Nobiliário da Ilha da Madeira" (Nota 4). Catharina de Barros pertencia, por parte de sua mãe à abastada e nobre família Barros, da própria Ilha. O que provocara o engano é que duas das filhas de Antônio Leme e Catharina de Barros, Antônia e Leonor Leme (não confundir com a que veio para o Brasil) se casaram com bisnetos deste João Gonçalves Zarco (nota 19).

O casal Antônio Leme e Catarina de Barros teve, entre outros, um filho que se chamou Antão Leme que foi quem primeiramente esteve em São Vicente e pelos idos de 1544 exercia o cargo de juiz ordinário (Nota 3), naquela Vila. Não há maiores informações sobre a sua vida, seu casamento, suas atividades. Somente que deixara na Madeira o seu filho Pedro Leme que se casou com Luzia Fernandes e teve a filha Leonor. No início da segunda metade do século XVI, passou este a S. Vicente, Brasil (quando o seu pai já lá estava), com a sua pequena família.

Quanto ao seu genro Braz Teves, há dúvidas que já tenha vindo casado com Leonor Leme. Ao que parece era muito chegado à família e veio junto com o casal Leme, tendo se casado com Leonor, somente anos depois, como se verá adiante.

4 - OS LEMES, NO BRASIL

Segundo Pedro Taques (nota 1), historiando o "Título Leme", Pedro Leme veio fazer assento na Vila de São Vicente, onde desembarcou com vários criados do seu serviço e ali foi estimado e reconhecido com caráter de fidalgo". O seu pai, Antão Leme, já se encontrava em São Vicente desde o início da década de 40, daquele século, como já foi dito atrás.

Enviuvando, casou-se Pedro Leme com Grácia Fernandes, filha de Gaspar Rodrigues, tendo recebido como dote, fato digno de ser contado como registro dos costumes da época, a promessa de receber cem cruzados e o cargo de Comandante da Fortaleza de Bertioga, conforme se depreende de vários trechos de seu testamento (nota 20): "Digo que Gaspar Fernandes, meu sogro, me prometeu em dote cem cruzados: na mão de Fellipa da Motta, cinqüenta cruzados, e na mão de Brás Cubas, outros cinqüenta cruzados, e à conta (disto) Brás Cubas me deu umas terras que vendi em cinqüenta cruzados e o demais me deve tudo, de que é testemunha Juzarte Lopes"....Ao que parece, os cinqüenta cruzados faltantes, do dote de sua esposa, Pedro Leme jamais recebeu, pois no testamento desta (Grácia Fernandes) (Nota 21), datado de 1590, ela se refere ao fato, dando a entender que o devido não havia sido pago: "...digo que quanto aos cem cruzados que meu pai Gaspar Rodrigues de Moura me prometeu que sendo caso que ele queira herdar na fazenda de meu marido Pero Leme trará os ditos cem cruzados ao monte maior ou a sua valia deles e não querendo entrar em tal caso deixo tudo a meu marido o que se achar que é meu porquanto eu não trouxe nada comigo quando com ele casei e portanto esta é minha última e derradeira vontade". Apesar da não clara redação deste testamento, percebe-se que além do não pagamento integral do dote prometido, o sogro de Pedro Leme tinha pretensões a herdar do casal, no caso do falecimento de um deles!

O mesmo Pedro Leme, quando da invasão de Santos pelo corsário Cavendish, teve a sua casa incendiada por este. No seu testamento confessa: "... e digo que pelo escravo que minha filha me havia de dar me alargou a metade da casa de S. Vicente que os ingleses queimaram e a metade da casa dos Outeiros".... Thomas Cavendish, navegador inglês, por ordem da rainha Elizabeth I, em 1586, partiu, com três naus e 123 homens, a fim de atacar navios dos seus inimigos de então, os espanhóis. Era um legítimo representante dos corsários, piratas contratados pela coroa inglesa para atacar navios e possessões inimigas, mundo afora.

Nessa primeira viagem, Cavendish partiu de Plymouth e deu a volta ao mundo, passando pela costa ocidental da África e depois por Cabo

Frio, Brasil, após atravessar o Atlântico. Desceu até a Patagônia, contornou a Terra do Fogo e indo para o Norte, passou na Califórnia e depois desviando-se pelo Pacífico e atingindo as Filipinas, Molucas e Java e contornando o Cabo da Boa Esperança, retornou à Inglaterra, em 1588. Esta viagem mostra o fôlego desse corsário, espalhando terror por onde passava. Ambicioso, partiu novamente para a prática da pirataria. Depois de tomar algumas embarcações portuguesas (Portugal, então estava sob o domínio da Coroa Espanhola, contra a qual lutavam os ingleses), enviou duas navios a fim de atacar as cidades de Santos e de São Paulo, no Brasil (nota 22). Dando seqüência à viagem, faleceu em alto mar, em 1592, ao alcançar o Estreito de Magalhães.

Leonor Leme, filha de Pedro Leme, e seu marido Braz Teves (nome corrompido no Brasil para Esteves) foram, por assim dizer, pais de todos os paulistas de linhagem. Dificilmente se encontra uma família de origem vicentina que não tenha se entrelaçado com os Lemes, que por sua vez descendem todos deste casal que teve cinco filhos: Pedro, Aleixo, Matheus, Braz Esteves e Lucrecia. Nada falam os genealogistas da família de Braz Teves. Há, no entanto, possibilidades de que o sobrenome correto seja Teive, proveniente da própria Ilha da Madeira (nota 4), que por alguma razão tenha se corrompido para Teves, em sua transplantação para o Brasil. No entanto, nada foi descoberto até agora a respeito.

Leonor Leme e Braz Teves tornaram-se abastados em São Vicente com lucros da produção e venda do açúcar, ocupação certamente trazida da Ilha da Madeira. Participaram do Engenho São Jorge dos Erasmos, onde tudo indica beneficiavam a produção de sua lavoura. Até os dias de hoje existem ruínas deste Engenho, muito mal conservadas pelo poder público, nas proximidades de São Vicente. Atualmente, há um movimento para se estudar arqueologicamente essas ruínas por uma equipe da Universidade de São Paulo (nota 23). O local mereceria se tornar um parque nacional, pois tem apelo histórico tão forte quanto Porto Seguro e o Ipiranga. Ali iniciou-se o passado industrial paulista e brasileiro e como monumento é muito didático para as novas gerações, pois fala do nosso passado de trabalho, produção, vocação e espírito empreendedor. O ideal seria reconstruir o engenho, baseado em documentos da época (modelo Madeirense) e onde seriam ministradas aulas de história e demonstrações da cultura pátria.

Leonor Leme e Braz Teves mudaram-se, depois, para São Paulo, com seus filhos, onde foram pessoas do governo.

Uma feliz ocorrência com Leonor Leme e seus três filhos homens, Mateus, Aleixo e Pedro, fez com que haja até o dia de hoje registros cronológicos e históricos sobre estas personagens. É que, em 1622, quando foi instaurado o processo informativo a respeito do Padre José

de Anchieta, com o objetivo de beatificá-lo, estas quatro pessoas foram das primeiras a serem ouvidas. O processo, existente até hoje no Vaticano, foi consultado, na tradução do latim, pelo Padre Hélio Abrantes Viotti, SJ., que fez constar interessantes informações no seu livro "ANCHIETA, O APOSTOLO DO BRASIL" (nota 24). Ali, nas páginas 180 e 181, consta:

*"A 7 de abril de 1.622, comparecia a dar testemunho nesse processo Leonor Leme. Nascida em Óbidos, Portugal, filha de Pedro Leme e **Lúcia** (nossa nota: leia-se Luzia) Fernandes, declara ter acima de 80 anos. Nascida, pois, ao redor do ano de 1.540. Vamos resumir o conteúdo de seu depoimento, de que só existe o texto da tradução latina. Quem assina por ela é o filho Pero Leme. Este de 56 anos, e seus irmãos Aleixo, de 58, e Mateus, de 62, testificam igualmente no mesmo processo. Comparecerão cinco anos depois ao processo apostólico de São Paulo. Neste último processo, Leonor já não foi citada. Teria falecido? (nossa nota: não, pois seu falecimento é de 1.633, data de seu inventário). Assistiu ela à primeira missa, celebrada em São Vicente pelo Padre José. Com ele se confessou depois muitas vezes. "Todos o tinham por santo publicamente". A propósito do assalto, levado a cabo por Tamoios do Rio Paraíba (nota nossa : hoje, Vale do Paraíba) à Bertoga, durante os reféns de Anchieta em Iperui (nota nossa: durante o período que ficou como refém dos Tamoios, em Iperoig, Ubatuba, SP), fato revelado por este a Antônio Luís (ou melhor, ao Padre Nóbrega, diante de Antônio Luís), identifica ela uma das vítimas do assalto: uma filha de Pascoal Fernandes, condestável de um dos fortes daquela barra. "Tudo aquilo em que punha a mão levava a bom termo". A plena confiança, que nele depositava, se comprova através dos depoimentos de seus filhos. Mateus, o mais velho, foi durante 13 anos (de 1.570 a 1.583 provavelmente), um de seus assíduos companheiro de jornadas: acompanhou-o como cem vezes. Aleixo e Pedro (ou Pero) figuraram como atores na representação do auto intitulado Pregação Universal, na passagem do ano de 1.576 para 1.577, em São Vicente, quando durante três horas que durou o espetáculo sobresteve o temporal. Eram seus alunos: "com ele me criei" - diz o primeiro. Ambos se referem ao quarto de século de suas relações pessoais com Anchieta, de 1.576 a 1.594, quando pela última vez, como visitador, pisou ele em São Paulo. Com outros rapazes (Belchior Ferreira, Matias de Oliveira, Estevão e Ascenso Ribeiro, Pascoal Leite, João Soares e outros), também eles acompanharam suas viagens. Muitas delas entre São Paulo e São Vicente, com pouso forçado nas proximidades da Serra de Paranapiacaba. De si atesta Pedro que, em tais circunstâncias "o vira muitas vezes dormir sobre uns paus e ser tão penitente, que se disciplinava muitas vezes. E pelo ouvirem disciplinar, o agasalhava muitas vezes (cito aqui as palavras textuais do processo apostólico), a ele e a outro companheiro, dando-lhe*

o seu roupão para se cobrirem, para que adormecessem, só a fim de o não ouvirem. E eles, sabendo já o que passava por experiência, deixavam de dormir, pelo ouvir".

O “disciplinar-se” significa bater-se com chicote (“cilício”), no corpo despido! Este cilício era um cinto ou cordão de crina ou lã áspera, às vezes preparada com farpas de madeira, que por penitência se trazia vestido diretamente sobre a pele e se usava também para se martirizar, batendo-o sobre as costas nuas. Daí, no depoimento dos irmãos Lemes, ser citado que não conseguiam dormir pelo ruído produzido pelo chicote e pela sensação desconfortável ao ouvi-lo, imaginando-se o que estava-se passando. Essa auto-flagelação era uma prática religiosa generalizada, usada até bem pouco tempo nos conventos e na vida monástica, para se atingir um estado de santidade, pois, com este auto-sacrifício, afastavam-se os maus pensamentos e tentações. Acredita-se que este proceder esteja banido, atualmente, em grande parte do mundo.

O trecho do depoimento acima é rico de informações: primeiramente, por dar, com certa precisão, as datas de nascimento dos quatro personagens e o local onde Leonor Leme (Óbidos, Portugal continental e não Ilha da Madeira) viu a luz do dia. O que andaria fazendo lá, Pedro Leme, pai de Leonor, tão jovem ainda, e tão longe da terra de seus ancestrais? Sabe-se, no entanto, que a rainha de Portugal, d. Leonor, viúva de D. João II, esteve em Óbidos por algum tempo. Ora, ela era filha do donatário da Ilha da Madeira, neta por adoção do Infante d. Henrique, que por não ter filhos adotara seu sobrinho, d. Fernando, irmão de D. Afonso V, que herdou aquele senhorio quando do falecimento do tio. Embora seja uma especulação, Antônio Leme era chegado a D. João II, pois pertencera a casa deste, quando jovem e recebera o seu brasão, conforme comentado aqui. D. Leonor, viúva de D. João II, desde 1495, só veio a falecer em 1525 e era irmã, também, de D. Manuel, o Venturoso, benemérita fundadora de conventos e das Misericórdias (antepassados das Santa Casas de hoje), protetora das artes, dos artífices e artistas. Admirada e prestigiosa, deveria atrair em sua volta uma grande quantidade de fidalgos, parentes e amigos, muitos deles da Ilha da Madeira, com quem a família estava relacionada. Não seria esta a razão de tanto Antão Leme como Pedro Leme, embora fidalgos, não tenham registro no Nobiliário da Ilha da Madeira, por andarem afastados, desde muito jovens, de lá, no Continente?

Em segundo lugar, o que nos chama mais a atenção é que a veneranda testemunha (Leonor Leme) tenha declarado de início, com destaque, que assistira a primeira missa de Anchieta, em São Vicente. Ora, é sabido que ele havia chegado àquele local em fins de 1553, como noviço, e desde então exercera grande atividade religiosa e assistencial, entre os moradores e os índios (nota 25), mas nada é declarado sobre esta fase, iniciando o testemunho com a sua primeira missa, depois de

ter recebido as ordens sacerdotais na Bahia, em 1565. Já nessa época ocorriam com o sacerdote fenômenos acreditados pela comunidade que uma testemunha por certo citaria em seu depoimento, como o fato de ser surpreendido flutuando alguns palmos do solo, enquanto orava, sem se preocupar com a pesada chuva que caía, na época em que dirigia os trabalhos da estrada de São Vicente a Piratininga (ainda nota 25). Sem ser uma conclusão definitiva, parece, porém, que a declarante não teve grande contato com o padre Anchieta nessa primeira fase, talvez porque ela própria tenha chegado à São Vicente após a fundação do Colégio de São Paulo, quando, então o Padre Anchieta passava grande parte de seu tempo no planalto de Piratininga e poucas vezes ia a São Vicente. Leonor Leme fala também, de passagem, no que ficou conhecido na História como "Confederação dos Tamoios" (1563), mas nessa ocasião ela já estava comprovadamente em São Vicente, pois o seu filho mais velho nascera em 1560, naquele local. A parte mais tocante do testemunho dos Lemes, no referido processo é quando os filhos depõem. Mateus foi um constante companheiro de jornada de Anchieta; o fato de Aleixo e Pedro terem sido atores na representação do auto da "Pregação Universal" é de suma importância pois foi quando ocorreu um fenômeno que é apresentado como sinal das manifestações extra-naturais do beato brasileiro. Acontece que Anchieta escrevera uma pequena peça teatral para representação em festividade religiosa e a intitulou de "Pregação Universal", porque nela trabalhavam brancos e índios, nas duas línguas em que falavam os moradores de São Vicente. Quando estava para começar a representação junto ao adro da igreja de São Vicente, sobre o auditório se formou uma nuvem tão negra que todos começaram a se agitar querendo por-se a salvo do temporal. O beato José, vendo a intranqüilidade existente, disse em voz bem alta que não se perturbassem, pois não choveria antes de acabar o auto. Durante as três horas que durou o espetáculo se reteve a chuva, só vindo a cair estrondosamente quando todos já estavam recolhidos as suas casas.

Para nós, descendentes destes Lemes que representaram o referido Auto, é muito gratificante saber que eles foram participantes e testemunhas desse tão notável acontecimento! Como também é gratificante, ler, após tantos séculos, as experiências vividas pelos meninos Lemes, em suas viagens com Anchieta, quando davam os seus próprios agasalhos para protegerem o padre despojado que se penitenciava nas frias e úmidas madrugadas da Serra do Mar.

Dois pontos notáveis há no testamento de Leonor Leme (Nota 26), mulher bondosa, repleta de piedade: o primeiro, quando, liricamente, pela simplicidade de linguagem, dá alforria, nos idos de 1629, à sua escrava Madalena: "que pelas boas obras e bom tratamento que de minha Madalena tenho recebido em gratificação do que a deixo livre e desembargada de servidão nenhuma a ninguém que como tal poderá ela e

seus filhos ir por onde quiserem e mais gosto quiser". O outro ponto alto, como testemunho de uma época, é o fecho da primeira parte deste documento, quando confessa francamente sua condição feminina vedada às letras: "roguei a Manuel Esteves que este fizesse por eu ser mulher e não saber escrever"!

II - ANÁLISE CRONOLÓGICA:

1 - ÉPOCA DO NASCIMENTO DE ANTÔNIO LEME:

A passagem de Martim Lems, pai de Antônio Leme, para Portugal se deu durante o reinado de Afonso V - 1438 a 1481 (nota 11). Tudo leva a crer, por razões de limitação de tempo, que o nascimento dos seus seis filhos com mulher portuguesa (Leonor Rodrigues) tenha acontecido na década de quarenta, daquele século XV. Antônio Leme, último filho, deve ter nascido por volta de 1448 a 1450 (nota 27), tendo vinte e poucos anos quando da tomada de Arzila e Tanger, em 1471, onde sobressaiu. Devemos lembrar que o príncipe João (que se tornou depois II^o), a cuja Casa Antônio pertencia, estava com somente dezesseis anos na citada batalha, pois nascera em 1455! Vê-se por aí, que os jovens na época começavam cedo nas práticas de guerrear.

2 - ÉPOCA DA PASSAGEM DE ANTÔNIO LEME PARA A ILHA DA MADEIRA:

Pedro Taques (nota 1) diz que as tomadas de Arzila e Tanger aconteceram em 1463, quando na realidade se deram em agosto de 1471. Silva Leme (nota 3) copiou este engano; Moretzsohn o corrigiu. Henrique Henriques de Noronha estava correto. O Monsenhor Antônio Paes Cintra (nota 6) já não endossa o engano; embora o seu artigo seja uma boa compilação, sua análise dos fatos, no entanto, não é muito profunda. Ainda mais: Pedro Taques, seguido por Silva Leme, assevera que a carta do rei que fez Antônio Leme fidalgo português é de 12 de novembro de 1471. Moretzsohn também assim o fez, embora diga ter copiado de Henrique Henriques. Este último, no entanto, por estar mais próximo dos fatos, geográfica e cronologicamente, os corrige para dois de novembro de 1475, o que é mais aceitável, pois as batalhas de Arzila e Tanger tendo se realizado no final de agosto de 1471, não torna viável o fato de a citada carta ter sido expedida em novembro do mesmo ano, dado o vagar com que esses processos eram conduzidos e editados. Cremos que a passagem de Antônio Leme para a Ilha da Madeira tenha sido após esse dois de novembro de 1475, pois esses processos de concessão de brasão, embora pareçam, decorridos séculos, mercês e honrarias espontâneas dos reis, deveriam ser acompanhados e promovidos de perto, cuidadosamente, pelos interessados. A Ilha da Madeira

era paradeiro distante, sem comunicação freqüente, e um distanciamento como esse poderia se converter em perda de controle sobre o seu andamento.

3 - INDÍCIOS DA ESTADA DE MARTIM LEME E SEU IRMÃO ANTÔNIO LEME NA ILHA DA MADEIRA

(informações do Sr. David Ferreira Gouveia, pesquisador madeirense da história dessa Ilha, morador atualmente em S. Paulo, SP, Brasil):

Os genealogistas (notas 3,5 e 6) acham que Martim Leme passou à Ilha da Madeira em 1483, por causa de uma carta de apresentação do duque D. Fernando, Senhor da Ilha, à Câmara de Funchal. No entanto, esta carta não é de apresentação, mas, sim, de recomendação, como se verá adiante.

Martim Leme tinha um contrato com a coroa portuguesa para fornecimento de 200 moios de trigo (moio: medida antiga de capacidade equivalente a 60 alqueires, isto é, 828 litros) à Ilha da Madeira (falta-nos a periodicidade), estando sujeito à multa contratual, caso houvesse falha no fornecimento. Durante o ano de 1481, Martim Leme tivera várias contendas com a Câmara do Funchal por causa desse contrato, por não o estar cumprindo corretamente. A carta de D. Fernando, de 1483, já citada, roga à Câmara por Martim Leme, para que este não seja penalizado com multa na falta de fornecimento. Como se vê, a alegação dos cronistas e genealogistas é que esta carta foi levada por Martim Leme quando se mudou para lá, o que não está correto, pois já morava lá, ou pelo menos era lá conhecido. Senão vejamos: na Ata de Vereação da Câmara do Funchal, de 23 de dezembro de 1481, vê-se que João Velho, Fernando Alvares e Martim Leme foram surpreendidos pelo Alcaide que os achou jogando a dinheiro, na estalagem de Ruy de Araújo. Certamente esta prática era proibida por lei, porque Ruy de Araújo, ao ser interrogado, disse que deixara os três homens jogando a "vinho e frutas" (isto é, não a dinheiro), quando se fora deitar ("lançar-se à cama"). De nada valeu a alegação, porque o estalajadeiro foi condenado pela Câmara por consentir o jogo a dinheiro. Por essa passagem, vê-se que Martim Leme já estava "muito familiarizado com a Ilha", bem antes de 1483, mais do que querem os diversos autores.

Em 6 de agosto de 1485, Antônio Leme, "cavaleiro" (como diz a Ata de Vereação), ofereceu ao Conselho de Funchal, os 200 moios de trigo que o seu irmão era obrigado por contrato, a "por pronto" em setembro (deveria ser de 1484) e que não o fez por morrer, porém pedia que o Conselho lhe declarasse se queria o carregamento a 2\$000 o moio ou se ele, Antônio Leme, o vendia "como pudesse" (isto é, por conta própria). O Conselho respondeu que mandasse vir outro (porque o

anteriormente oferecido já estava lá) e vendesse "como pudesse " e assim continuasse, nas próximas vezes (entende-se que o contrato estava findo com a morte de Martim Leme, por volta de 1484/85), com autorização da Câmara para a comercialização privada.

Os anos de 1486 a 1488 vão encontrar Antônio Leme como "homem bom" (categoria definida pelas "Ordenações do Reino"), isto é, cidadão morador, proprietário, com renda superior a certa quantia estipulada, podendo votar e ser votado.

Assim, foi várias vezes vereador do Funchal. Em 1489, substituiu um vereador por ser este rendeiro do Duque e estar impedido. Antônio Leme, nos documentos oficiais, as vezes é tratado por mercador e outras como cavaleiro.

4 - ÉPOCA DO NASCIMENTO E CASAMENTO DE CATHARINA DE BARROS (A SEGUNDA DESTE NOME) QUE VEIO A SE TORNAR MULHER DE ANTÔNIO LEME:

A chave da localização da época do nascimento de Catharina de Barros (a 2ª) está na geração anterior, na de sua mãe, Izabel de Barros. Esta era a mais velha de três irmãs; herdou a casa de seus pais. A irmã do meio, Aldonça de Barros, faleceu em 1540, o que nos faz colocar o seu nascimento, o mais cedo que se possa, em 1455 a 1460. A terceira irmã, Hellena Lopes de Barros, casou-se após 1490, data da chegada de seu marido à Ilha da Madeira, o que faz crer nascera por volta de 1460 a 1465. Com os dados que temos sobre suas irmãs mais moças, tudo leva a crer que Izabel de Barros tenha nascido em meados do século XV, por volta de 1450 a 1455, o que é coerente com os dados que temos sobre o seu marido, Pedro Gonçalves da Clara. Este faleceu em 1506, o que leva o seu nascimento para cerca de 1430 a 1435 e o casamento deles para cerca de 1470 a 1475. Mas sente-se em todo este cálculo que as datas nos empurram para o final do século XV, quando os genealogistas nos puxam para a primeira metade do mesmo século. Fica mais que claro que Catharina de Barros (a 2ª), filha de Izabel, só chegou à idade de poder ter filhos por volta de 1490, quando Antônio Leme com quem se casou deveria estar com cerca de 40 anos. Este casamento é tardio, para os cronistas que insistem com a mudança de Antônio Leme para a Ilha da Madeira o mais cedo possível, no mesmo ano da tomada de Arzila e Tanger. Mas conforme vimos, os dois irmãos só aparecem nas Atas de Vereação no início da década de 1480. É provável que Antônio Leme só tenha se estabelecido na Ilha nessa década de 80. O desconhecimento do casamento tardio de Antônio Leme permitiu que Pedro Taques, inadvertidamente, inserisse mais duas gerações inexistentes entre ele e seu filho Antão Leme.

5 - ÉPOCA DO NASCIMENTO DE ANTÃO LEME E DE SEUS IRMÃOS:

Dentro do raciocínio acima, os seis irmãos Leme, filhos de Catharina de Barros (a 2ª) devem ser pessoas praticamente do século XVI: Pedro Leme (não confundir com o que veio para o Brasil) morreu em 1556; Aleixo Leme (não confundir com o que nasceu no Brasil), em 1554; Ruy Leme, morreu em 1566. Não nos admira que Antão Leme estivesse em São Vicente, Brasil, em 1544, pois teria por volta de 50 a 55 anos, então. Acreditamos que tenha nascido no final do século XV, por volta de 1490. Deveria ter sido um dos filhos mais velhos do casal, embora não haja registros quando nasceu, quando ou com quem se casou. No entanto, os seus irmãos e irmãs tem registro no "Nobiliário da Ilha da Madeira" (nota 4). Ao que parece, Antão Leme não viveu na Ilha da Madeira, por essa razão não deixou rastros genealógicos !.

6 - ÉPOCA DA CHEGADA DE PEDRO E LEONOR LEME AO BRASIL:

Diz Pedro Taques (Nota 1), não contestado pelos demais genealogistas, que Pedro Leme veio ao Brasil por volta de 1550, com sua filha Leonor, já casada com Braz Teves. Isto afirma por ter visto uma escritura de umas terras que o dito Leme e sua mulher Luzia Fernandes venderam a Pedro Rozar, alemão, a 23 de novembro de 1551, e assinou Braz Teves, genro dos vendedores (Provedoria da Fazenda Real, livro 1º, título 1555, fl. 93). Ocorrem-nos os seguintes pontos para debate: a) Seria a escritura mesmo de 1551? Os algarismos, em documentos antigos, são de difícil leitura e o 8 muitas vezes pode ser confundido com o 5. Alguém mais viu este documento? Não teria havido engano de Pedro Taques? b) Digamos que a escritura seja de 1551 e que Braz Teves a assinou. Seria ele na ocasião genro (já casado com Leonor Leme) ou como testemunha, por ser amigo da família? O fato de Pedro Taques afirmar que o genro assinara não seria um modo de dizer: "o que se tornou genro" e não "o que já era genro"? Braz Teves poderia ter vindo da Ilha da Madeira com Pedro Leme, mas ainda jovem, tendo casado posteriormente com Leonor Leme. c) Causa certa admiração, o fato de Pedro Leme, recém-chegado a São Vicente, já estar vendendo terras. As dúvidas acima são facilmente explicáveis: Leonor Leme, como já foi visto quando tratamos do seu depoimento no processo de beatificação do Padre Anchieta, teria nascido por volta de 1540. Em 1550, teria aproximadamente 10 anos e não teria idade para estar casada. Poderia até estar prometida para Braz Teves, mas casada não. Outra pergunta que se poderia fazer: Por que um par que tenha vindo casado tão jovem da Ilha da Madeira só começou a ter filhos 10 anos depois? Vimos que Mateus, o filho mais velho do casal, só nasceu em 1560! Ao que parece, das duas alternativas a seguir, uma deve ter ocorrido: Ou Pedro Leme veio para São Vicente em 1550, com sua filha ainda menina que daí há

uns anos se casou com Braz Teves, ou veio para o Brasil com sua filha já casada, mais tarde, no final da década de 50, daquela centúria. O que dizemos é coerente com o cálculo que podemos fazer, sabedores de que Pedro Leme faleceu em 1600. Para ter uma filha nascida em 1540, deveria ele próprio ter nascido por volta de 1515 e seu pai, Antão, por volta de 1490. O que está coerente com o que dissemos atrás, quando tratamos das gerações anteriores da família Leme, embora os casamentos de Antão e Pedro, na casa dos vinte anos, nos pareçam muito cedo, para os padrões da época. A resposta a isso, talvez, seja porque ambos estavam fora de sua terra natal (Pedro teve a sua filha Leonor em Óbidos e sobre Antão nem sequer há registro sobre estes fatos), o que faz quebrar um pouco os hábitos regionais arraigados. Muito nos admira, Pedro Taques, secundado por Silva Leme, acreditar ainda que Pedro Leme tenha se casado uma vez mais, antes de vir para o Brasil, sendo o pai de Fernando Dias Paes. Bem agiu o Dr. Moretzsohn de Castro desfazendo de vez essa idéia, pois faltava tempo hábil, no mínimo, para tal.

7 - QUADRO CRONOLÓGICO ESTATÍSTICO:

Não satisfeitos com a análise acima, procedemos a uma tabulação de todas as datas de nascimento, casamento e falecimento existentes no Nobiliário da Ilha da Madeira, referentes à árvore genealógica dos Barros-Lemes que vieram para o Brasil, conforme se pode ver na nota 28. Apresentam-se ali, por geração, todos os primos dos elementos-chave Barros-Leme e as correspondentes datas apresentadas no Nobiliário. Há muitas ausências de informação, mas o que se pode notar, estatisticamente, é que:

a) ANTÃO LEME: Não há registro de nascimentos, quanto aos de sua geração. Os casamentos que ali aparecem são de 1546 e 1560, o que indica ser esta geração praticamente do século XVI, como afirmamos acima. Quando colocamos o nascimento de seu filho Pedro Leme por volta de 1415 estamos colocando o casamento de Antão Leme nessa época também, embora nos pareça um pouco prematuro. Talvez a explicação para esse fato seja que Antão Leme, na ordem de nascimento entre os irmãos, como já dissemos, não tenha sido o último, como alguns genealogistas nos levam a crer, mas, sim, um dos primeiros. As datas de falecimento são mais para a segunda metade do século XVI, como era de se esperar, pois Antão Leme, tendo sido juiz ordinário em São Vicente em 1544, já deveria ser adulto na época (de 50 e poucos anos, pois foi avô, por volta de 1540), e ter falecido na segunda metade desse século.

b) PEDRO LEME: Não há datas de nascimento, de referência, também. As datas de casamento desta geração, todas da segunda metade do século XVI, vêm em nosso favor quando afirmamos que o seu casamen-

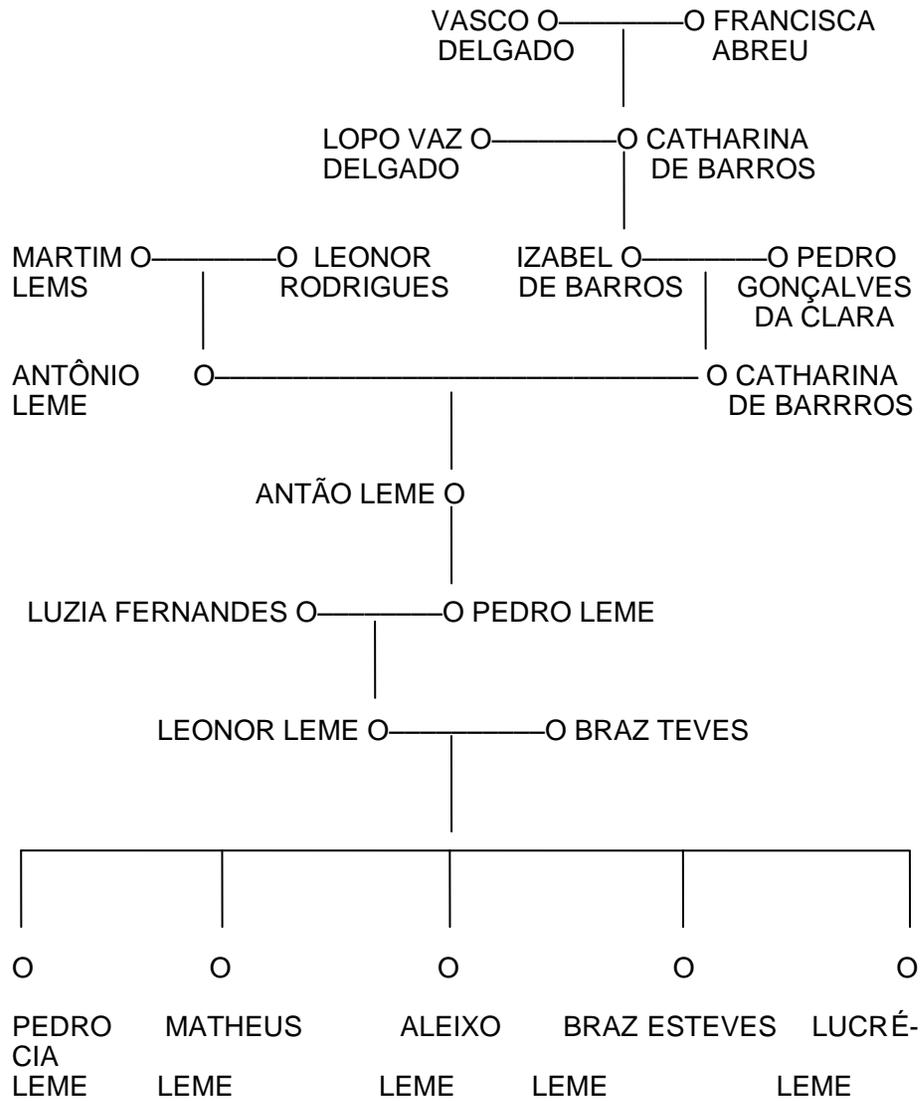
to com Luzia Fernandes se deu por volta de 1540, não podendo ter uma filha casada em 1550, como afirmam os cronistas e genealogistas. As datas de falecimento são do final do século XVI, concordando com o que realmente aconteceu com Pedro Leme (1600).

c) LEONOR LEME: As datas de nascimento de sua geração ocorrem na segunda metade do século XVI e não na primeira, como querem os genealogistas. As de casamento são para o final do século XVI, início do XVII, discordando, também dos genealogistas. As de falecimento estão coerentes com o que ocorreu com Leonor Leme (1633).

8 - CONCLUSÕES:

O cálculo e o estudo de possibilidades e probabilidades apresentados acima são os que consubstanciam a análise cronológica a que nos referimos no início deste trabalho e que os genealogistas ignoram, no afã de provar suas teses. E a tese aqui (de Pedro Taques) é a "da chegada o quanto antes à Ilha da Madeira e ao Brasil melhor"! Sabemos que o cálculo e a especulação feitos por nós estão baseados em parte em suposição. Mas cremos ter maior dose de razão do que Pedro Taques parece ter tido. Concluindo: Ou Pedro Leme veio para o Brasil em 1550, como quer Pedro Taques, mas a sua filha ainda era uma menina, com Braz Teves apenas como aderente à família, ou chegaram estes casados, somente por volta de 1560 e a tal escritura que Pedro Taques viu não era de 1551. Talvez descobertas futuras possam nos esclarecer estes pontos obscuros. Mas aceitar pura e simplesmente o que diz Pedro Taques, sem raciocinar com datas e decursos de tempo, não nos parece razoável!

III - ÁRVORE DE COSTADO DOS BARROS E DOS LEMES DO BRASIL



NOTAS BIBLIOGRÁFICAS E REFERENCIAIS:

1 - "NOBILIARQUIA PAULISTANA HISTÓRICA E GENEALÓGICA", PEDRO TAQUES DE ALMEIDA PAES LEME, Edição da Universidade de São Paulo, 1980, Vol. III, Título Lemes, pág. 1 a 140.

2 - "MEMÓRIAS PARA A HISTÓRIA DA CAPITANIA DE S. VICENTE", FREI GASPAR DE MADRE DE DEUS, Editores Weiszflog Irmãos, S.Paulo e Rio, 3º Edição, 1920.

3 - "GENEALOGIA PAULISTANA", LUIZ GONZAGA DA SILVA LEME, Duprat & Comp., S. Paulo, 1904, Vol. 2º, Título Lemes, Págs. 179 a 557.

4 - "NOBILIÁRIO DA ILHA DA MADEIRA", por HENRIQUE HENRIQUES DE NORONHA" (recopiado em 1947), Biblioteca Genealógica Latina, edição da Revista Genealógica Brasileira, Tomo II, págs. 350 a 357.

5 - "REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS GENEALÓGICOS", Ano II, número 3 e 4, 1938, São Paulo, "Origem dos Lemes de São Paulo", por Dr. Luiz Porto Moretzsohn de Castro, págs. 3 a 20.

6 - "ANUÁRIO GENEALÓGICO BRASILEIRO", por SALVADOR MOYA, 1948, Vol. X, "A origem dos Lemes de São Paulo", Monsenhor Antônio Paes Cintra, págs. 122 a 170.

7 - "REVISTA GEOGRÁFICA UNIVERSAL", nº 34, julho 1977, Bloch Editores, págs. 77 a 85: "A REVOLUÇÃO MEDIEVAL EM BRUGES E GAND".

8 - "HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO", por OLIVEIRA LIMA, Edição Melhoramentos, 6ª edição, 1940, pág. 256: As raízes para esta guerra "dos cem anos" entre a França e a Inglaterra (1338-1453) foram: a rivalidade comercial entre os dois países, o apoio prestado pela França à Escócia, na luta desta contra a Inglaterra e sobretudo a pretensão de Eduardo III, da Inglaterra, ao trono da França, quando se extinguiu a dinastia dos Capetos, com a morte de Carlos IV (1328). Eduardo III, rei inglês, era neto, pela mãe, de Felipe, o Belo, da França, enquanto este país adotou como rei a Felipe de Valois (VII), por ser sobrinho do mesmo Felipe, o Belo, alegando a lei sálica. Esta velha lei da tribo dos francos sálicos excluía as mulheres da sucessão. A guerra dos cem anos apresenta flutuação de períodos de sucesso de armas entre os dois países. Em 1360, o rei francês João, o Bom, capturado pelos ingleses, para recuperar a sua liberdade, teve que entregar ao inimigo, pelo tratado de Brétigny a metade ocidental da França, com exceção da Normandia e Bretanha. Na derrota francesa, 1.200 nobres haviam sucumbido pela ação dos virotões dos arqueiros ingleses - tática que substituiu a ação de cavaleiros com armaduras, machados e lanças, por peões com suas

bestas (arcos) e setas curtas (virotões). A Europa sofre, então, a mais violenta epidemia, chamada de "a peste negra", vinda do Oriente, que dizimou vinte e cinco milhões de pessoas, um terço de sua população. Despovoou-se a Europa: colheitas ficaram sem ceifar, navios sem tripulação, rebanhos sem pastores. A guerra prosseguia em meio à maior desorganização da vida nacional da França, até que surgiu Joana D' Arc que, embora entregue por seus compatriotas ao inimigo inglês e queimada viva (1431), aglutinou como símbolo místico os franceses, no ideal único de se livrar de vez do inimigo inglês. O término da guerra dos cem anos, em 1453, coincide com a queda de Constantinopla, que marca o término da Idade Média e o início dos tempos modernos.

9 - "BREVE HISTÓRIA DE PORTUGAL", JOSÉ HERMANO SARAIVA, Livraria Bertrand, Éditions Minerva S.A. - Fribourg, Génève, 1979, págs. 39 a 44: Portugal vinha sofrendo graves problemas com relação a Castela, desde a morte do seu rei D. Fernando, em 1383. Este rei se casara, contra a vontade do povo, com a célebre Leonor Teles, uma mulher de rara formosura ligada a família Meneses que se julgava mais nobre que a própria família real. Basta dizer que o brasão dos Meneses era liso, em ouro, sem emblemas, com isso querendo dizer que eram anteriores a todas as demais famílias nobres, incluindo a real, que tiveram de adotar sinais heráldicos para poderem se diferenciar! Com a morte de D. Fernando, em 1383, a única herdeira era D. Beatriz que, com dez anos, estava casada, sob tratado, com o rei de Castela, d. João I. Este tratado previa que enquanto não tivesse um filho varão maior de 14 anos, para herdar o trono de Portugal, sua mãe, Leonor Teles seria a regente. Mas o povo não concordava com a sucessão de D. Beatriz, que colocava em risco a independência portuguesa, nem a burguesia concordava com a regência de Leonor Teles, digna representante da nobreza. Houve então uma insurreição popular que tomou todo o país. D. João, Mestre de Avis, irmão bastardo do rei era o homem de confiança do povo e o liderava. Nuno Álvares Pereira, jovem fidalgo destacado para a defesa da fronteira, cheio de misticismo e patriotismo ardentes, conseguiu inflamar os camponeses revoltados e infligiu uma derrota fulminante às tropas de Castela, que haviam invadido Portugal, em defesa de Leonor Teles. Em 1385, o Mestre de Avis fez reunir as Cortes em Coimbra, com os representantes do povo e da parte da nobreza que se opunha à Leonor Teles. A tese defendida ali era que o herdeiro do trono deveria ser o outro príncipe D. João, filho do rei D. Fernando e Inês de Castro. Foi quando se ergueu João das Regras, um jurista, que defendeu a tese que este último D. João era também bastardo, pois D. Fernando não se casara com Inês de Castro, tendo mentido quando jurara sobre este fato. Então, o trono estava vago e o povo poderia eleger um rei a seu gosto. Apontou-se, a seguir, o Mestre de Avis como candidato. Os nobres ali presentes se opuseram tenazmente a essa tese, mas o Mestre de Avis acabou sendo eleito rei. O rei de Castela voltou à carga, invadindo Portugal novamente. Nuno Álvares Pereira, com seu gênio militar, obrigou o Mestre de Avis a enfrentar o inimigo estrangeiro que acabou sendo derrotado na batalha de Aljubarrota (1383). Desde então a vitória do Partido Nacional foi definitiva. A guerra com Castela se arras-

tou mais alguns anos, sem batalhas de nota, até que a paz foi assinada em 1411.

10 - "O INFANTE D. HENRIQUE, O HOMEM E SUA ÉPOCA", por MÁRIO DOMINGUES, Edição Romano Torres, Lisboa, 1957, págs. 258 a 266. É de interesse, além do extrato de informações que fizemos no corpo deste artigo, transcrever o que este Autor diz a respeito de dois assuntos ligados à época: a caravela portuguesa e o início do tráfico de escravos africanos. "Não se parecia com a caravela veneziana nem com a mourisca; filiava-se mais ao tipo dos grandes barcos de pesca que se utilizavam na costa portuguesa e que, provavelmente, os antigos pescadores lusitanos, ainda sob o domínio árabe, tinham colhido de barcos tradicionais mouriscos. D. Henrique teria estudado todos os navios anteriores e com os elementos destes e os trazidos por D. Pedro, adaptados aos veleiros de pesca portugueses, acabou por criar a caravela, o mais ligeiro, o mais maneável e o mais belo navio que se veria então". Cumpre esclarecer que o D. Pedro citado acima era o Irmão de D. Henrique que fizera um lendário périplo por vários países civilizados de então, colhendo idéias novas e aumentando a sua cultura. Este mesmo D. Pedro foi o regente de Portugal, entre 1440 e 1446. Quanto ao tráfico de escravos negros, diz o autor: "Mas, infinitamente mais maravilhosa do que os ovos de avestruz, fora a descoberta do negócio dos pretos. Antão Gonçalves, de regresso à Europa, aportou a Lagos, com o seu primeiro grande carregamento de escravos africanos. É uma data a assinalar este ano de 1443: a Europa ia lançar-se vorazmente no tráfico de negros, que produziu na África, ao sul do Sara (Sahara), um abalo de conseqüências imprevisíveis..."

11 - Convém lembrar, de melhor forma, as datas que marcaram o reinado de Afonso V. Seu pai, D. Duarte, faleceu em 1438. Mas o herdeiro (D. Afonso) tinha então seis anos. Por testamento, a regência ficou nas mãos da rainha-mãe, D. Leonor, princesa espanhola. Isto descontentou a nobreza, pois o rei falecido tinha irmãos vivos, entre eles D. Pedro, famoso por suas viagens e cultura. As cortes, apoiadas firmemente pelo povo, entregaram, por fim, a regência a D. Pedro, em 1440, que permaneceu no governo até 1446. D. Afonso, embora tenha se casado com a sua prima, filha do próprio D. Pedro, envenenado por intrigas que fervilhavam ao seu redor, enfrentou-o em Alfarrobeira, em célebre batalha, onde morreu D. Pedro. Começa, então, o efetivo reinado de D. Afonso V, que levou Portugal a se firmar no norte da África e por isso mesmo ficou conhecido como "o Africano" e passou a se intitular "rei de Portugal e dos Algarves, de aquém e de além mar, em África". Nota-se, neste título, a preocupação de se auto-nomear somente rei de possessões de além-mar, na África, sem se importar com outras possessões que pudessem, por ventura, vir a ser conquistadas além-mar, que não fosse naquele Continente! Era esse o espírito do Tratado de Alcáçovas (1479), mais tarde corrigido para o de Tordesilhas. Só quando Colombo descobriu a América é que Portugal percebeu a falta de visão a respeito desse assunto (ver Nota 17, adiante). Ao que parece houve três fases

na passagem dos Lemes para Portugal, conforme se vê no texto deste artigo, por coincidência todas durante o reinado de Afonso V que foi muito extenso: (1438-1481). Isso legitima a alegação, porém não ajuda muito a localizar os fatos cronologicamente.

12 - "ANAIIS DO IIIº CONGRESSO SUL-RIOGRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA", Edição da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940, 1º Volume, "A influência Madeirense e o início do ciclo de assucar (sic) na Capitania de São Vicente", ENZO SILVEIRA, págs. 2.301 a 2.324.

13 - Idem à nota 10, págs. 94 a 106: O ouro da Guiné e as descobertas das Ilhas de Porto Santo e da Madeira.

14 - "REVISTA GEOGRÁFICA UNIVERSAL", n.º 24, setembro de 1976, Bloch Editores, pág. 52, "Descobrimento da América, I - A Espanha de Colombo".

15 - Bartolomé de Las Casas (segundo o "Dicionário Enciclopédico Hispano-Americano de literatura, ciência, artes etc., Montarrer y Simon, Barcelona e M.M. Jackson, Inc. Nueva York, tomo IV), religioso dominicano espanhol, nascido em Sevilla, em 1474, morreu em Madrid, em 1569. Filho de um francês, Francisco Casaus (sic), que foi com Colombo para a Ilha Española, em 1493, e regressou rico a Sevilla, em 1498. Estudou jurisprudência em Salamanca, de onde saiu licenciado. Passou para a América onde teve a oportunidade de presenciar a violência dos espanhóis contra os índios. Ordenou-se sacerdote, em 1510. Tornou-se o defensor dos índios, tendo conseguido na Espanha nomeação do rei para exercer essa função legalmente. Conseguiu, depois, em 1520, uma carta real que declarava os índios livres. Foi nomeado Bispo de Chiapa. Testemunhou muitos fatos históricos e teve oportunidade de consultar muitos documentos da época, inclusive o célebre diário de Colombo e as memórias do filho natural deste, Fernando. É autor de várias obras, entre elas "História General de las Índias", em três tomos, escrito entre 1527 e 1559, que cobre desde a descoberta da América até 1520. Pediu em seu testamento que não fosse publicada esta obra senão quarenta anos após a sua morte. Embora ela contenha algumas inexatidões, é uma fecunda fonte, de onde se tem extraído muitas informações sobre a época.

16 - "História de las Índias", Fray Bartolomé de Las Casas, Obispo de Chiapa, M. Aguilar Editor, Madrid, Tomo I, Capítulo XIII, pág. 68: Na apresentação deste capítulo XIII, Las Casas informa: "En el cual se contienen muchos y diversos indicios y señales que por diversas personas Cristóbal Colón era informado, que le hicieron certisimo de haber tierra en aqueste mar Oceano hacia esta parte del Poniente, y entre ellos fué haber visto en los Azores algunos palos labrados, y una canoa, y dos cuerpos de hombres que los traía la mar y viento de hacia Poniente - Hácese mención de la tierra de los Bacallaos y de la isla de Antilla y Siete Ciudades etc.".

O trecho do Capítulo XIII que faz menção a Antônio Leme está assim posto: "Dice, pues, Cristóbal Colón, entre otras cosas que puso en sus libros por escrito, que hablando con hombres de la mar, personas diversas que navegaban las mares de Occidente, mayormente a las islas de los Azores y de la Madera, entre otras, le dijo..." (aqui Las Casas cita vários casos até que)... "un Antonio Leme, casado en la isla de la Madera, le certificó, que habiendo una vez corrido con una su carabela buen trecho al Poniente, había visto tres islas cerca de donde andaba, que fuese verdade o no, al menos diz que mucho se sonaba por el vulgo comun, mayormente en las islas de la Gomera y del Hierro, y de los Azores muchos lo afirmaban y lo juraban, ver cada año algunas islas hacia la parte del Poniente". Este trecho de Las Casas, escrito entre 1527 e 1559, mais próximo, portanto dos acontecimentos, tem vários pontos interessantes: a) Afirma que Colombo ouviu do próprio Antônio Leme a afirmação; como Colombo viveu em Porto Santo, e ao que parece na própria Ilha da Madeira, entre 1480 e 1483, vê -se que Antônio Leme andava por essas paragens também, nessa época; b) Fala que Antônio Leme era casado na Ilha da Madeira: isto é extremamente interessante, pois não afirma que Antônio Leme fosse morador, ou nascido lá, mas que era casado, como a significar: ele não é de lá, só é casado lá, o que está correto com o que sabemos sobre ele; c) A informação o que Antônio Leme era casado entre 1480 e 1483, conflita com o que pensamos sobre o casamento dele, que a calcular pela idade de Catharina de Barros, só poderia ter-se dado na década de noventa e não na de oitenta, daquele século. Quase nos leva a crer que houve um outro casamento na vida de Antônio Leme, antes daquele com Catharina de Barros. Como se vê, o assunto é muito delicado e carente de testemunhas documentais, para que se possa ter certeza de estar falando corretamente sobre o que sucedeu na família Leme, naquela época; d) Ao afirmar que "habiendo Antônio Leme corrido con una su carabela buen trecho al Poniente", informa o "status" deste Leme, certa atitude de independência de quem, além de ser dono de outras caravelas (pois estava usando na ocasião uma delas), se dá a liberdade de correr bom trecho de mar, para ver o que encontra, sem compromissos, sem temores de ordem financeira, material, legal, de risco. Excelente retrato de nosso ancestral paulista, sucinto mas esclarecedor de sua posição e caráter; e) Pena que a redação, na última parte do relato, é confusa e pouco esclarecedora.

17 -"Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas", de Synésio Sampaio Góes, Fundação Alexandre Gusmão, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, IPR, Brasília, 1991, pág. 29:Quando Colombo regressou de sua "descoberta da América", por fatalidade, foi obrigado a aportar em Lisboa, antes mesmo de se entrevistar com os reis da Espanha. Em seu encontro com D. João II, de Portugal, este, equivocado, lhe diz que as novas descobertas estavam nos "mares e termos de seu senhorio da Guiné". Este livro de Synésio Sampaio Góes nos diz: "Baseava sua afirmação em várias bulas papais e, em particular, no Tratado de Alcáçovas, de 1479, pelo qual Portugal desiste das Canárias mas, em compensação, passava a ter direitos sobre qualquer terra descoberta ao sul desse ar-

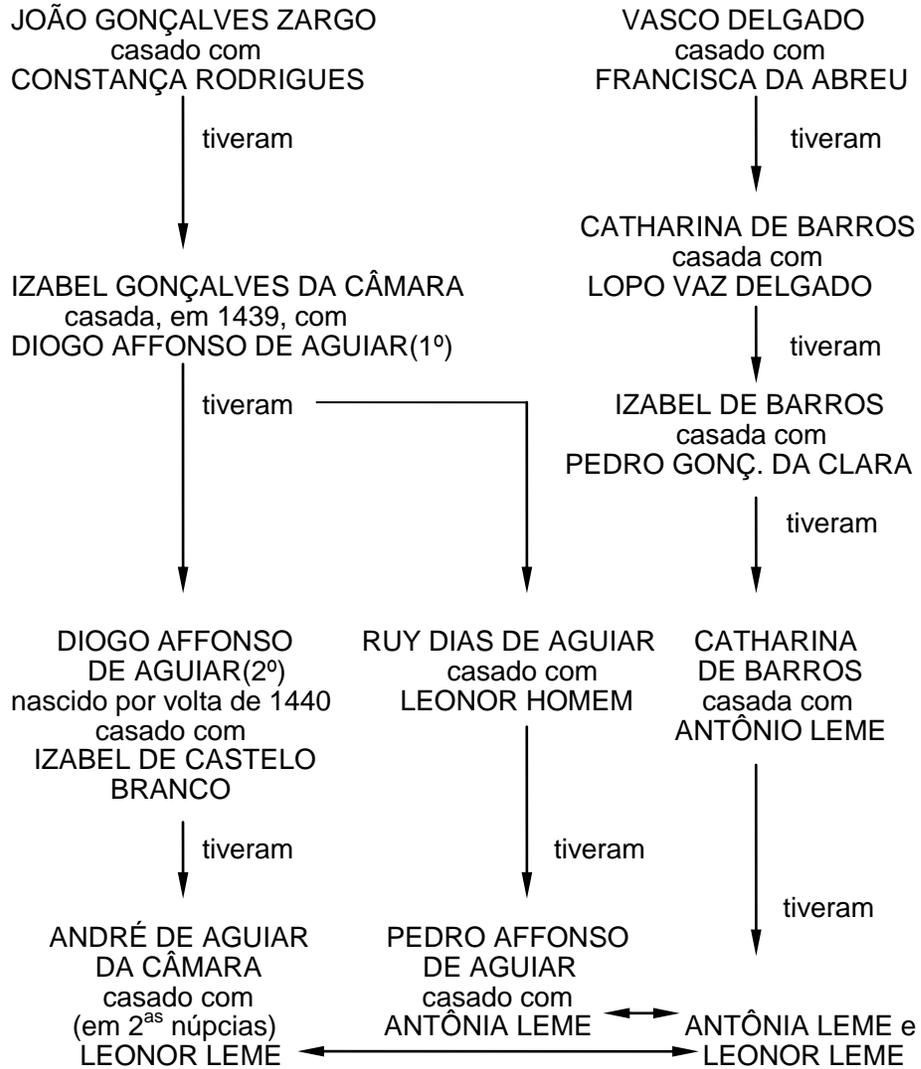
quipélago.... Nele se diz que os Reis Católicos "no turbarán, no molestarán, ni inquietarán" a posse portuguesa da Guiné e de várias ilhas, que nomeia, "y qualesquier otras yslas que se fallaren o conquierieren de las yslas de Canarias para bajo (sul) contra Guinea". Esta redação falha foi a porta para um novo acordo mais objetivo, que veio a se chamar "Tratado das Tordesilhas", focalizando de melhor forma a direção ocidental que não foi lembrada no primeiro tratado, uma vez que só falava na direção sul que era a grande preocupação na época daquele tratado de Alcáçovas.

18 - Vários autores citam as atividades comerciais de Martim Lems, em Portugal:

- a) Anselmo Braancamp Freire: "Notícias da feitoria de Flandres", pág. 38 - 41;
- b) Gama Barros: "História da Administração Pública em Portugal", vol. 9º, págs. 115 e 119;
- c) Souza Viterbo: "O monopólio da cortiça no século XV", Arquivo Histórico Português, Vol. II, 1904, págs. 41 e 52.
- d) Manuel Nunes Dias: "Capitalismo Português", págs. 232 e 233;
- e) Bernardino José de Souza, pág. 58, "Coleção Brasileira", Editora Nacional.

A tônica aqui é o contrato de monopólio da exportação da cortiça de Portugal, por 10 anos (1456 a 1466), dado por D. Afonso V em troca do pagamento à Coroa de 2.000 dobras de ouro. Este monopólio foi contestado nas Cortes Portuguesas, em 1459, pelos representantes do povo que reclamaram este privilégio dado a estrangeiro ("mercador de Bruges, nosso natural" - querendo dizer, naturalizado). A questão do privilégio a estrangeiros se manteve nas cortes de Évora (1481/2) e na de Lisboa, em 1492 (informações prestadas pelo pesquisador madeirense, Sr. David Ferreira Gouveia). Observe-se que não se fala no comércio do açúcar, de fornecimento da Ilha da Madeira. Cremos que tenha ficado registro só dos contratos de monopólio com a coroa portuguesa; o açúcar seria de comércio livre, e deveria ocupar os navios descarregados de produtos de Flandres (têxteis e outros industrializados), na sua volta para o país de origem.

19 - ENTRELAÇAMENTO DA FAMÍLIA DE JOÃO GONÇALVES ZARGO E A DOS LEMES:



OBSERVAÇÕES PARA A NOTA 19:

- a) JOÃO GONÇALVES ZARGO lutou na tomada de Ceuta em 1415 e descobriu a Ilha da Madeira em 1419; deveria ter por volta de 35 e 40 anos, então; nascera por volta de 1380. VASCO DELGADO "foi em tempo de D. João I " (1483-1432) e "passou à Ilha da Madeira nos princípios do seu descobrimento", conforme diz o "Nobiliário da Ilha da Madeira"; para tal deveria ter nascido por volta, também, de 1380. Devem, portanto, ser da mesma geração.
- b) DIOGO AFFONSO DE AGUIAR (2º) e RUY DIAS DE AGUIAR são ambos da década de 40, do século XV, pois seus pais casaram-se em 1439, data do dote de sua mãe, conforme diz o "Nobiliário". ANTÔNIO LEME também é da década de 40 do século XV, conforme vimos no corpo deste trabalho (item II-1). Os filhos destes três se casaram entre eles, o que está conforme.
- c) O que, no entanto, determina a época de nascimento das irmãs ANTÔNIA E LEONOR LEME (e por conseguinte, de ANTÃO LEME, seu irmão) é a linha genealógica de sua mãe CATHARINA DE BARROS (a 2ª). Observe-se que nessa linha há mais uma geração que na da família Aguiar, dos maridos das referidas LEMES.
- d) Conforme se vê no corpo deste trabalho (item II-4), IZABEL DE BARROS deve ter nascido por volta de 1450 a 1455. CATHARINA DE BARROS (a 2ª), sua filha mais velha, deve ter nascido por volta de 1470 a 1475. As filhas desta, ANTÔNIA E LEONOR que eram a 4ª e 5ª dos irmãos devem ter nascido por volta de 1495 a 1500. Próximo a isto, deve ter se dado o nascimento de ANTÃO LEME, o primeiro da família a vir ao Brasil. O casamento delas deve ter se dado por volta de 1520. Manuel Câmara, primeiro filho de Leonor Leme casou-se somente em 1565, o que está coerente com estes cálculos.
- e) Note-se como os casamentos masculinos eram tardios: entre o nascimento de JOÃO GONÇALVES ZARGO (por volta de 1380) e o casamento de seus bisnetos (por volta de 1420) se passaram 140 anos, contendo quatro gerações, em uma média de trinta e cinco anos. Não é, pois, de se admirar que ANTÔNIO LEME tenha se casado, calcula-se, por volta de seus 40 anos.

20 - "INVENTÁRIOS E TESTAMENTOS", publicação oficial do Archivo do Estado de São Paulo, Vol.1, pág. 23, São Paulo, 1920: Testamento de Pedro Leme.

21 - "Inventários e Testamentos", publicação oficial do Archivo do Estado de São Paulo, Vol. 1, pág. 23, São Paulo, 1920: Testamento de Grácia Fernandes.

22 - "História Geral das Bandeiras Paulistas"- Affonso de E. Taunay, Tipografia Ideal, H. L. Canton, S. Paulo, Tomo 1º, pág. 172: "Conta-nos Knivet participante deste último assalto (nota nossa: de Cavendish a Santos, em 1592) que os seus compatriotas acharam em Santos, grande cópia de ouro extraído pelos índios das lavras de "Mutinga", nome de que há várias identificações propostas, querendo Derby que se trate de Itutinga, o conhecido lugar das vizinhanças de Santos, e José Hygino Duarte Pereira, tradutor de Knivet, mais difícil e mais paraphrasticamente - Piratininga".

23 - " FOLHA DE SÃO PAULO", de 3 de novembro de 1996, 5º Caderno, "Mais", págs. 15 e 16: "Engenho do século 16 guarda segredos da povoação do país" e "A primeira fábrica do Brasil".

24 - "ANCHIETA, O APÓSTOLO DO BRASIL", Hélio Abranches Viotti, S.J., Edições Loyola, págs. 180 e 181.

25 - "VIDA ILLUSTRADA DO V. P. ANCHIETA S.J., APÓSTOLO DO BRASIL, Segunda Edição, 1933, Nova Friburgo, E. do Rio de Janeiro, págs. 30 e 32.

26 - Inventários e Testamentos, Publicação oficial do Archivo do Estado de São Paulo, 1920, Vol. IX, págs. 7 e 8. Testamento de Leonor Leme.

27 - Monsenhor Antônio Paes Cintra (nota 6), na pág.126 de seu artigo, cita o genealogista Voet (Tomo 2, pág. 283v) que diz ter Martim Leme nascido em 12-NOV-1450. Mas logo depois comenta que outros genealogistas flamengos dizem que este Voet não merece grande crédito devido aos seus numerosos erros e informações pouco exatas. No entanto, achamos que Voet foi o único que se aproximou da época certa do nascimento dos filhos de Martim Lems. Estes filhos deveriam ser bastante jovens quando participaram da tomada de Arzila e Tanger, por volta de 20 anos de idade.

28 - QUADRO CRONOLÓGICO-ESTATÍSTICO DE ÉPOCAS DE NASCIMENTO, CASAMENTO E FALECIMENTO NAS FAMÍLIAS BARROS E LEME:

NOBILIÁRIO Vol, pág, item, §	NOME	NASC.	CASAM.	FALEC.
GERAÇÃO DE ANTÃO LEME				
	Antão Leme			
I, 105, 5 (2º)	Nicolau de Barros			1565
III, 546, 2 (1º)	Filippa de Barros			1597
I, 105, 5 (1º)	Izabel de Barros (a 2ª)	1546		
II, 340, 2 (11º)	Heytor Homem de Souza			1552
II, 220, 3 (1º)	Helena Paes	1560		
II, 353, 4 (1º)	Pedro Leme (irmão de Antão)			1556
II, 353, 4 (2º)	Aleixo Leme (irmão de Antão)			1544
II, 356, 4 (5º)	Ruy Leme (irmão de Antão)			1566
GERAÇÃO DE PEDRO LEME				
	Pedro Leme			1600
I, 105, 6 (1º)	Branca de Barros	1570		1621
I, 106, 6 (2º)	Izabel de Bettencourt			1571
I, 106, 6 (2º)	Cecília de Bettencourt	1581		1594
III, 546, 3 (1º)	Guimar de Castello Branco (mulher)	1591		1629
II, 340, 4 (11º)	Garcia Homem de Souza	1561		
II, 351, 5 (1º)	Maria Leme	1556		
II, 351, 5 (1º)	Helena de Barros	1565		
II, 355, 5 (3º)	Antônia Leme da Silva	1567		1620
II, 356, 5 (4º)	Leonor Leme (irmã da anterior)			1619
I, 006, 4 (1º)	Manuel da Câmara	1565		1600
I, 007, 4 (1º)	Antônio Aguiar da Câmara	1566		
I, 007, 4 (1º)	Antônia de Castello Branco	1558		
II, 369, 4 (1º)	Maria da Câmara	1561		
GERAÇÃO DE LEONOR LEME				
	Leonor Leme	1540		1633
I, 147, 5 (3º)	Pedro Gonçalves de Barros (o 2º)		1595	
II, 342, 5 (11º)	Diogo Homem de Souza	1565		
II, 356, 6 (3º)	Antônio de Salamanca Polanco	1573	1608	
II, 355, 6 (3º)	Andreza da Silva	1595	1650	
II, 355, 6 (3º)	Maria Polanco	1575		
II, 274, 5 (2º)	Brites da Silva Leme		1611	1646
II, 356,6 (4º)	Maria de Mello	1581	1601	
II, 369, 5 (1º)	Francisco de Moraes Aguiar			1634
II, 369, 5 (1º)	Catharina Leme			1634
II, 369, 5 (1º)	Antônia de Castello Branco	1598		1610
II, 370, 5 (1º)	Maria da Câmara			1649